

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
Atos do Prefeito

LEI Nº 3047 DE 07 DE OUTUBRO DE 2013
REVOGA OS ARTIGOS 3º, 4º, 5º E 6º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.569, DE 02 DE JULHO DE 2008, INSTITUI E REGULAMENTA O FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI (FEPGM/NIT) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º A Procuradoria Geral do Município – PGM, órgão central do Sistema Jurídico Municipal, diretamente vinculado ao Prefeito, exerce privativamente, por seus Procuradores, com iguais deveres e direitos, a representação judicial e a consultoria jurídica do Município.

§1º VETADO.

§2º VETADO.

Art. 2º Fica instituído o Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município de Niterói (FEPGM/NIT), com autonomia administrativa e financeira, que será gerido e administrado pelo Procurador-Geral do Município de Niterói, nos limites da legislação em vigor e nos termos desta Lei.

Parágrafo único. A vigência do Fundo de que trata o caput deste artigo será por prazo indeterminado.

Art. 3º O Fundo da Procuradoria Geral do Município de Niterói (FEPGM/Nit) tem por objetivos:

I - a concessão de benefício de natureza alimentar, de caráter indenizatório, aos servidores lotados na Procuradoria Geral do Município;

II - o investimento no aperfeiçoamento e melhoria da estrutura operacional e das condições materiais da Procuradoria Geral do Município;

III - o aprimoramento e a capacitação profissional dos Procuradores do Município efetivos e dos servidores do Quadro de Apoio;

IV - o incentivo ao desempenho dos Procuradores do Município efetivos e servidores técnico-administrativos lotados na Procuradoria Geral do Município;

V – o recebimento, na qualidade de depositário, o rateio e o repasse de honorários advocatícios devidos aos Procuradores do Município, na forma do art. 6º desta Lei.

§ 1º O pagamento do benefício alimentar previsto no inciso I deverá ser efetivado mensalmente.

§ 2º O aprimoramento e capacitação profissional de que trata o inciso III do caput pode compreender cursos de graduação, pós-graduação, seminários e congressos, desde que vinculados às atividades exercidas pelos servidores.

Art. 4º Constituem-se receitas do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município de Niterói (FEPGM/NIT):

I – 50% (cinquenta por cento) do total das seguintes receitas:

a) honorários advocatícios de sucumbência concedidos em qualquer processo judicial em que vitorioso o Município de Niterói;

b) honorários advocatícios decorrentes da cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa do Município de Niterói realizada pela Procuradoria Geral do Município;

c) VETADO;

d) honorários advocatícios concedidos em razão de lei, sentença ou convenção.

II – auxílios, subvenções e contribuições de entidades públicas e privadas;

III – doações e legados;

IV – os rendimentos provenientes da aplicação financeira bem como o produto da remuneração das aplicações financeiras do próprio Fundo;

V – taxas de inscrição em concurso para o ingresso nos quadros da carreira de Procurador e de Servidor do Quadro de Apoio da Procuradoria, quando exclusivamente organizados pela Procuradoria;

VI – taxas de inscrição em processo seletivo para o ingresso na Residência Jurídica e estágio na Procuradoria Geral do Município, quando exclusivamente organizados pela Procuradoria;

VII – quaisquer outras receitas que a ele possam ser legalmente incorporadas.

Art. 5º As receitas do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município de Niterói - FEPGM/Nit previstas no artigo anterior serão destinadas à implementação dos objetivos previstos nos incisos I a IV do artigo 3º.

§1º A Procuradoria Geral do Município deverá prestar contas semestralmente, das receitas e despesas do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município de Niterói (FEPGM/NIT) à Câmara Municipal de Niterói.

§2º A prestação de contas da aplicação e da gestão financeira do Fundo será consolidada, por ocasião do encerramento do correspondente exercício, publicada no Diário Oficial do Município e disponibilizada no sítio oficial – Portal de Transparência.

Art. 6º A parcela dos honorários advocatícios nos termos do art. 3º, inciso V, será distribuída, em periodicidade mensal, aos Procuradores do Município em efetivo exercício.

§1º VETADO.

§2º A quantia a que se refere o caput não será considerada para efeito de cálculo dos proventos da inatividade e de pensões, nem computadas como base de cálculo de contribuição previdenciária.

Art. 7º Para os fins desta Lei, consideram-se atividades típicas da Procuradoria aquelas previstas no art. 3º da Lei nº 1.259, de 04 de janeiro de 1994.

Art. 8º Consideram-se em efetivo exercício, para efeito de direito ao rateio mensal dos honorários a que se refere o art. 6º, os Procuradores do Município que, na data da distribuição, estejam:

I - em gozo de férias regulamentares;

II - em gozo de licença prêmio;

III - em gozo de licença:

a) para tratamento de saúde e acidente em serviço;

b) por motivo de gestação, lactação ou adoção;

c) em razão de paternidade;

d) por motivo de doença em pessoa da família até o limite de 30 dias;

e) para aperfeiçoamento profissional, desde que do interesse da Administração.

IV - afastados em razão de:

a) doação de sangue;

b) convocação judicial, júri e outras consideradas obrigatórias por lei;

c) casamento;

d) falecimento de cônjuge, companheiro, pais, filhos ou irmãos;

V - ocupando cargo de provimento em comissão na Procuradoria Geral do Município ou em órgão da Administração Pública Municipal, desde que desenvolvendo atividades típicas da Procuradoria Geral do Município;

VI - exercendo atividades típicas do cargo de Procurador do Município, cumulativamente com as de outro cargo da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. O Procurador do Município, quando estiver afastado das suas funções por motivo de licença médica para tratamento de saúde por período superior a 30 dias, deverá apresentar ao Procurador-Geral atestado médico que justifique o seu afastamento, solicitando a continuidade da sua participação no rateio de honorários.

Art. 9º Será excluído automaticamente do rateio dos honorários o Procurador que se encontrar nas seguintes condições:

I - em licença para tratar de interesses particulares;

II - em licença por motivo de doença em pessoa da família, após os primeiros 30 dias;

III - em licença para acompanhar cônjuge ou companheiro;

IV - em afastamento preliminar à aposentadoria;

V - em licença para campanha eleitoral;

VI - no exercício de mandato eletivo;
VII - em afastamento para realização de curso de aperfeiçoamento profissional, com ou sem vencimentos, salvo quando declarado o interesse da Administração na forma do Regulamento da Procuradoria Geral;
VIII - quando suspenso em cumprimento de penalidade disciplinar;
IX - afastado em virtude de aposentadoria;
X - quando cedido ou colocado à disposição de outro órgão ou entidade para exercer atividades não previstas no art. 7º desta Lei;
XI – cedido à Administração Direta ou Indireta de outro Ente.
Parágrafo único. A reinclusão do Procurador do Município no rateio, após os afastamentos previstos nesta Lei, dará direito ao recebimento de honorários proporcionalmente aos dias de efetivo exercício das suas funções.
Art. 10. Os bens adquiridos com recursos do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município de Niterói serão incorporados ao patrimônio municipal.
Art. 11. Os recursos do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município de Niterói - FEPGM/NIT serão movimentados em conta especial de estabelecimento da rede bancária.
§ 1º Os honorários advocatícios a que se referem o art. 4º, inciso I, e o art. 6º desta Lei, serão depositados diretamente na conta mencionada no *caput* do presente artigo.
§ 2º O saldo positivo existente no fundo no final do exercício será transferido para o exercício seguinte.
Art. 12. O Poder Executivo, mediante decreto, aprovará as normas complementares ao bom funcionamento do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município de Niterói - FEPGM/NIT.
Art. 13. O Procurador-Geral do Município poderá criar vagas de Residência Jurídica no âmbito da Procuradoria Geral do Município, a serem ocupadas por bacharéis de direito, mediante prévia aprovação em processo seletivo.
Parágrafo único. O Residente Jurídico receberá uma bolsa custeada integralmente pelo Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município de Niterói (FEPGM/Nit), na forma e no valor estabelecidos por meio de ato do Procurador-Geral.
Art. 14. A admissão de estagiários para atuar na Procuradoria Geral do Município dar-se-á mediante prévia aprovação em processo seletivo.
§1º Constitui requisito para o exercício do estágio forense na Procuradoria Geral do Município a inscrição no quadro de estagiários da Ordem dos Advogados do Brasil.
§2º Os requisitos para o exercício do estágio na Procuradoria Geral do Município serão regulamentados por meio de ato do Procurador Geral.
§3º Sem prejuízo da bolsa custeada pelo Município, poderão os estagiários fazer jus a outras vantagens, as quais serão integralmente custeadas pelo Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município de Niterói (FEPGM/NIT), nos termos de ato do Procurador Geral.
Art. 15. Esta Lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Lei Municipal nº 2.569/2008, artigo 5º da Deliberação nº 2714/1970 e artigo 16 da Lei Municipal nº 487/1994.

Prefeitura Municipal de Niterói, 07 de Outubro de 2013.

Rodrigo Neves - Prefeito
PROJETO DE LEI Nº. 048/2013
MENSAGEM EXECUTIVA Nº 11/2013
10/2543/2013

Portarias
Considera exonerada, a pedido, a contar de 01/10/13, **MARIA CLAUDIA MENDONÇA MORAES** do cargo de Diretor, DG, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia (Portaria 2615/2013).

Considera designada, a contar de 01/10/13, a Subsecretária **ELANI PACHECO DE JESUS OLIVEIRA** para, sem prejuízo de suas atribuições, ficar responsável pela Coordenação do Gabinete da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia (Portaria 2616/2013).

Considera nomeado, a contar de 01/10/13, **BRUNO GONÇALVES RIBEIRO** para exercer o cargo de Diretor, DG, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, em vaga decorrente da exoneração de Maria Claudia Mendonça Moraes, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/2009 (Portaria 2617/2013).

Corrigenda
No Decreto nº11498/13, publicado em 05/10/13, **REFORÇO - Onde se lê:** PT 1700.041220001.2102 CD 3390.36.00 FT 100 R\$ 1.566.000,00; **Leia-se:** PT 1700.288460900.0915 CD 3190.96.00 FT 100 R\$ 1.566.000,00; **COMPENSAÇÃO - Onde se lê:** PT 9999.999999999.9909 CD 9999.9900 FT 100 R\$ 1.279.280,42; **Leia-se:** PT 9999.999999999.9009 CD 9999.9900 FT 100 R\$ 1.279.280,42.

Na Portaria 2612/2013, publicada em 05/10/13, onde se lê: Silvan Ramos da Silva; leia-se: Silvan Ramos dos Santos.

Na Portaria 2501/2013, publicada em 17/09/13, onde se lê: Monica de Castro Martins Dutra; leia-se: Monica de Castro Martins.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Despacho do Secretário
030/001063/13 – LECY MARQUES PIMENTEL.
HOMOLOGO A DECISÃO DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES POR UNANIMIDADE DE VOTOS, E, EM ESPECIAL, COM ESTEIO NO VOTO DO RELATOR COMO FUNDAMENTAÇÃO INTEGRANTE DESTA DECISÃO, PARA MANTER O INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE ISENÇÃO DO IPTU, INSCRIÇÃO Nº 030949-2, DE ACORDO COM O QUE PRECEITUA O ART. 40, DO DECRETO 10487/09.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS
EDITAL DE COMUNICAÇÃO
O Diretor do DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS comunica que os abaixo relacionados, recusaram-se a assinar, ou receber as intimações e /ou autos de infração ou estavam ausentes, no momento da ação fiscal.
ROSEMARY S. MARINHO – Rua 2, Qd.23, lote 33 - Engenho do Mato – Int. 18582/13; ANTONIO FILGUEIRAS JR.-Av. Augusto Vieira Jacques, qd.95, lote 14, nº 77 - Maravista – Int. 18120/13; LAURO M. CARRÃO – R Rovane Tavares, 394 e 394 c/1 Maravista - Int. 18142/13; LUIZ FELIPE L. DOS SANTOS – Av. Augusto Ferreira Ramos, 142, Qd.32, lote 29 A Maravista – Int. 18145/13; PAULO FERNANDO MACHADO – Av. 1, Augusto Vieira Jacques, lote 3, Qd. 16 - Maravista – Int. 18147/13; EDILTON RODRIQUES – R Ulisses Madruga, 333 - Maravista - Int. 18149/13; GUSTAVO O. M. DA SILVA – R Madre Mary Marceline, Qd.49, lote 29 B - Maravista - Int. 18150/13; GUSTAVO O. M. DA SILVA – R Madre Mary Marceline, Qd.49, lote 29 A - Maravista - Int. 19401/13; CLAUDIA ALVARENGA – Av. Augusto Ramos, Qd. 51, lote 29 - Maravista - Int. 19403/13; O PROPRIETÁRIO – R Palvaro Silva, 31 B, Qd.44 Maravista - Int. 19404/13; MONIKA KOHLVER VARGAS- R Hamilton Picanço, 37, lote 13, Qd.1 - Badu - Int. 17231/13; O PROPRIETÁRIO – Rua E, atual Trav. São Jorge, 21 e 21 c/1 - Badu - Int. 17232/13; O PROPRIETÁRIO – R Tiradentes, 103/1103 - Ingá - Int. 18869/13; O PROPRIETÁRIO – R Tiradentes, 103/1105 - Ingá - Int. 18870/13; MARCOS F. VEIGA – Estrada do Cantagalo, 135, Qd. A, lote 15 B - Serra Grande - Int. 18519/13; O PROPRIETÁRIO – R Rovane Tavares, 394 - Maravista – A.I. 06741/13; NILTON DE ALBUQUERQUE – R Tiradentes,

161 - Inga - A.I. 02307/13; ANFRA CONSTRUÇÕES INCORP. LTDA – R Tiradentes 103/1103 - Inga - A.I. 02308/13; LEONARDO D. PASSOS – R Tiradentes 103/1105 – Inga - A.I. 02310/13.

Parecer Técnico Conclusivo

Processo: 080/003175/2013 - Após a análise do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV) apresentados no processo 080/003175/2013 para o empreendimento – Garagem Subterrânea a ser construído na Av. Prefeito Sylvio Picanço s/n – Charitas - Niterói, esta CAED tem a seguinte consideração a fazer: Conforme análise do Relatório de Impacto no Sistema Viário (Processo 530/000000/2013) o empreendedor deverá atender as medidas mitigadoras/compensatórias por ocasião da licença de obras; Fica condicionada à licença de obras a apresentação das certidões das concessionárias de telefonia, energia elétrica e coleta de lixo. Desta forma, esta comissão aprova o Estudo e Relatório de Impacto de Vizinhança apresentados. A aprovação do EIV-RIV não isenta o empreendedor do cumprimento de todas as exigências de adequação que o Setor de Análise de Projetos venha solicitar.

Corrigenda

Na Portaria publicada em 02/10/13, inclua-se: Portaria 21/2013.

EXTRATO Nº 024/2013

INSTRUMENTO: Termo de Compromisso de Estágio nº 024/2013; **PARTES:** Município de Niterói, através da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade e a estudante CAMILLA MATTOS LOURENÇO DE ARAUJO tendo como interveniente a UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ; **OBJETO:** Estágio curricular na Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade; **PRAZO:** Seis(06) meses, com início da vigência em 01/08/2013 e término em 31/01/2014; **VALOR ESTIMADO:** R\$4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) referente à bolsa auxílio e o valor estimado de R\$600,00 (seiscentos reais) referente ao auxílio transporte; **VERBA:** Código de Despesa nº3390.36.00, Programa de Trabalho nº 2200.151220001.2159, Fonte 100, Nota de Empenho 130314 datada de 30/04/2013; **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 11.788/08, Decreto Municipal nº10901/2011 e Portaria SMU nº 007/2011, despacho autorizativo da Secretaria de Urbanismo no processo nº 080/003205/2012; **DATA DA ASSINATURA:** 01 de agosto de 2013.

EXTRATO Nº 029/2013

INSTRUMENTO: Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Compromisso de Estágio nº 004/2013; **PARTES:** Município de Niterói, através da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade e a estudante LUCAS FREIRE RANGEL DA ROCHA tendo como interveniente o CENTRO UNIVERSITÁRIO PLINIO LEITE – UNIPLI; **OBJETO:** Estágio curricular na Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade; **PRAZO:** Seis(06) meses, com início da vigência em 01/10/2013 e término em 30/03/2014; **VALOR ESTIMADO:** R\$ 5.568,00 (cinco mil e quinhentos e sessenta e oito reais)referente à bolsa auxílio e o valor estimado de R\$600,00 (seiscentos reais) referente ao auxílio transporte; **VERBA:** Código de Despesa nº3390.36.00, Programa de Trabalho nº 2200.151220001.2159, Fonte 100, Nota de Empenho 130314 datada de 30/04/2013; **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 11.788/08, Decreto Municipal nº10901/2011 e Portaria SMU nº 020/2013, despacho autorizativo da Secretaria de Urbanismo no processo nº 080/003205/2012; **DATA DA ASSINATURA:** 20 de setembro de 2013.

EXTRATO Nº 030/2013

INSTRUMENTO: Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Compromisso de Estágio nº 010/2013; **PARTES:** Município de Niterói, através da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade e a estudante RODRIGO DE MOURA FERNANDES tendo como interveniente o CENTRO UNIVERSITÁRIO PLINIO LEITE – UNIPLI; **OBJETO:** Estágio curricular na Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade; **PRAZO:** Seis(06) meses, com início da vigência em 01/10/2013 e término em 30/03/2014; **VALOR ESTIMADO:** R\$ 5.568,00 (cinco mil e quinhentos e sessenta e oito reais)referente à bolsa auxílio e o valor estimado de R\$600,00 (seiscentos reais) referente ao auxílio transporte; **VERBA:** Código de Despesa nº3390.36.00, Programa de Trabalho nº 2200.151220001.2159, Fonte 100, Nota de Empenho 130314 datada de 30/04/2013; **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 11.788/08, Decreto Municipal nº10901/2011 e Portaria SMU nº 020/2013, despacho autorizativo da Secretaria de Urbanismo no processo nº 080/003205/2012; **DATA DA ASSINATURA:** 20 de setembro de 2013.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA
Departamento de Fiscalização de Posturas
Despacho do Diretor

Processo 130/985/2013 – Int. 22485 – Meri Shom, Recusou-se a receber.
Processo 130/951/2013 – A.I. 10163 – Paulo Rodrigues de Freitas; Int.28527 – Mirian Soares Barcelos; Int. 32975 – Severino Fernandes Gorrido; Int. 32976 – Maria de Fatima Gorrido; Int. 32978 – Maria Paiva Arellano; Int. 32979 – Casar Nunes de Moraes, Recusou-se a receber.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA CONJUNTA SEMECT/FME 006 / 2013
O Secretário Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia e o Presidente da Fundação Municipal de Educação de Niterói, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Artigo 1º: Designar Bruno Gonçalves Ribeiro, Diretor da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, para superintender as áreas de Administração, Orçamento e Finanças da Fundação Municipal de Educação de Niterói.
Artigo 2º: Fica revogado o artigo 2º da Portaria FME nº 443/2013.
Artigo 3º: Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Atos do Presidente

O Presidente da Fundação Municipal de Educação de Niterói, no uso de suas atribuições legais, institui Comissão para reelaboração da Carta Regimento das Unidades de Educação Municipais de Niterói.

RESOLVE:

Art. 1º - Criar comissão encarregada de analisar e propor eventuais adequações da Carta Regimento das Unidades de Educação Municipal de Niterói.
Art. 2º - A Comissão será composta pelos servidores abaixo relacionados:
Flávia Monteiro de Barros Araujo – Matrícula: 240.645-9
Viviane Merlim Moraes – Matrícula: 233.556-0
Renata Araujo de Castro Fermam– Matrícula:234.042- 0
Cintia da Luz Rodrigues– Matrícula:234.918-1
Andrea Pierre dos Reis– Matrícula:231.813-7
Ronald dos Santos Quintanilha– Matrícula:236.794-4
Art. 3º - Compete a Comissão reavaliar a consonância da Carta Regimento aprovada pela Deliberação CME 021/2012, com a Lei nº 9394/1996, as Leis MunicipaisNº 169/78, Nº 963/91, Nº 1831/01 e com as Normas contidas nas Resoluções, Deliberações e Pareceres do Conselho Municipal de Educação à legislação em vigor.
Art. 4º - A Comissão terá 30 (trinta) dias para apresentar parecer e encaminhá-lo a apreciação do Conselho Municipal de Educação.
Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. **(Portaria FME Nº 858/2013)**

TERMO DE CONTRATO Nº 146/2013

Instrumento: Termo de Contrato Nº 146/2013. **Partes:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e a **LOOK LIFE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E TURISMO LTDA-ME.** **Objeto:** Locação de veículos com motoristas, para prestar serviços de transporte de profissionais/Técnicos da área pedagógica da FME, para o acompanhamento, sustentação e avaliação do processo ensino-aprendizagem e no desenvolvimento de atividades extracurriculares e do cotidiano administrativo escolar, bem como no transporte de materiais do setor de Almoxarifado, de correspondências e documentações e no remanejamento de produtos alimentícios, em atendimento ao Departamento de Alimentação Escolar da FME e transporte de professores para as escolas em locais de difícil acesso. **Prazo: 12 (doze) meses,** a contar da data de assinatura do presente instrumento, com término em **19/09/2014.** **Valor: R\$ 1.710.000,00 (hum milhão setecentos e dez mil reais),** sendo empenhado o valor de **R\$ 427.500,00** (quatrocentos e vinte e sete mil e quinhentos reais) à conta do Programa de Trabalho nº 12.122.0001.2144, Código de Despesa nº 339039.00, Fonte 100, conforme Nota de Empenho nº 01092/2013-8, ficando o restante para ser empenhado no próximo exercício financeiro. **Gestor do Contrato:** Diretor do Departamento Administrativo da FME, **Sr. Octavio Simões de Carvalho,** matrícula nº 236.338-0, de acordo com o disposto no inciso III Art. 58 da Lei Nº 8.666/93. **Fundamento Legal:** Lei N.º 10.520/02 e Decreto Municipal N.º 9.614/05, assim como aplicação subsidiária da Lei Nº 8.666/93. **Processo: 210/0935/2013.** **Data de Assinatura:** 19/09/2013.

FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI – FAN
EXTRATO CONTRATUAL Nº 027/2013

Instrumento: contrato; **Partes:** FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI – FAN e COMPILLAR ENTRETENIMENTO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA-EPP; **Objeto:** Contratação de Empresa especializada para serviços de locação de equipamentos de sonorização, iluminação, projeção, montagem, operação e desmontagem para o Teatro Municipal de Niterói, unidade da FAN, referente ao item / lote 02 vencedor pela contratada; **Valor global:** R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais). Programa de Trabalho n.º 4141.13.122.0001.2250, Natureza da Despesa n.º 3.3.90.39.00 e Fonte 100, Nota de Empenho n.º 13/1200; **Prazo de execução:** 12 (doze) meses a contar da data de assinatura; **Fundamentação Legal:** Lei Federal nº 8.666/93, Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 9614/2005; Licitação - Pregão Presencial sob o nº 018/13 e Processo Administrativo/FAN nº 220/0635/13; **Registrado:** Termo nº 027/2013, fls. 81, Livro nº DOIS; **Data de Assinatura:** 30/09/2013.

COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA
DE NITERÓI – CLIN
ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
NÃO PUBLICADO EM 30/07/2012

AUTORIZO a inexistência de licitação em favor da empresa MAN LATIN AMÉRICA IND. E COM. LTDA, com base no caput do Art. 25 da Lei Federal 8.666/93, no valor global de R\$ 616.464,00.

Despacho da Presidente

Termo Aditivo nº01/13 ao Contrato nº 23/12, celebrado entre a CLIN-Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói e a empresa ULTRADIGITAL COM. E SERV. ESCRITÓRIO LTDA. Objeto: Prorrogação de prazo por 12 meses, a contar de 30 de setembro de 2013, referente a renovação de Locação de equipamentos reprográficos, sendo o valor global estimado de R\$ 47.760,00, com base no que preceitua os incisos II, do artigo 57, da Lei Federal 8666/93. Proc. Adm. 520/2132/13.

NITERÓI, TRANSPORTE E TRÂNSITO S/A - NITTRANS
Despacho da Presidente

RATIFICAÇÃO – Ratifico a presente inexistência de licitação sob a fundamentação legal do artigo 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93. **Objeto:** Constitui objeto do presente o pagamento do DARF correspondente a multa por atraso na entrega do Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais – Dacon – do mês/semestre “01” do ano 2009. **Valor:** O presente tem o valor global de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais). **Processo Administrativo:** 530/008409/2013.

RATIFICAÇÃO – Ratifico a presente inexistência de licitação sob a fundamentação legal do artigo 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93. **Objeto:** Constitui objeto do presente o pagamento do DARF correspondente a multa por atraso na entrega do Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais – Dacon – do mês/semestre “01” do ano 2008. **Valor:** O presente tem o valor global de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais). **Processo Administrativo:** 530/008410/2013.

RATIFICAÇÃO – Ratifico a presente inexistência de licitação sob a fundamentação legal do artigo 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93. **Objeto:** Constitui objeto do presente o pagamento do DARF correspondente a multa por atraso na entrega do Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais – Dacon – do mês/semestre “02” do ano 2008. **Valor:** O presente tem o valor global de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais). **Processo Administrativo:** 530/008411/2013.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Edital PGM Nº 11, de 07 de outubro de 2013.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO 2.º PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO FORENSE, instituída pela Portaria nº 14, de 27 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe foram conferidas e tendo em vista os autos do processo administrativo nº 070/7194/2013, torna público o resultado dos recursos interpostos pelos candidatos:

- Recurso interposto pelo candidato de inscrição nº 010/2013 contra a nota da prova discursiva de direito constitucional e direito processual civil/direito civil. Conheço e nego provimento.
- Recurso do candidato de inscrição nº 004/2013. Prejudicado pela publicação do edital de nº 10 de 01 de outubro de 2013.
- Recurso do candidato de inscrição nº 070/2013 em face da prova discursiva de constitucional. Não conheço por ausência de adequação formal e inexistência de fundamentação. Quanto ao recurso da prova objetiva. Prejudicado pela publicação do edital de nº 10 de 01 de outubro de 2013.

EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA
Atos do Presidente
PORT. Nº. 409/2013 – Designar a contar de **01/10/2013,** **JODECIR ANDRADE DE OLIVEIRA,** para exercer a Função de Confiança de **Chefe do Serviço de Manutenção do Bairro Gragoatá,** da Diretoria de Manutenção.

HOMOLOGAÇÃO
Homologo o resultado do procedimento licitatório, na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL nº. 008/2013,** que visa o fornecimento de **“12.000 (DOZE MIL) SACOS CIMENTO CP II – E 32 - RS”**, adjudicando o fornecimento a empresa **PRIMOTECH LOGÍSTICA LTDA-ME – CNPJ: 08.847.399/0001-52, LOTE ÚNICO,** pelo valor unitário de **R\$ 26,80 por saco,** perfazendo o valor global de **R\$ 321.600,00** nas condições de entrega das mercadorias e pagamentos, conforme Edital. **Proc. nº. 510/1994/13.**

TOMADA DE PREÇOS Nº 17/13

ADIAMENTO- SINE DIE

A EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA, comunica aos interessados o adiamento “Sine Die” da Tomada de Preços nº 17/13, que tem como objeto as “Obras de Pavimentação e Urbanização na Rua Paralela a Travessa Machado, no bairro do Caramujo, no Município de Niterói/RJ”, que seria realizada no dia

07/10/2013 às 14:00 horas, por questões Administrativas". Proc. nº 510/3123/2013, Niterói, 07/10/2013, Lincoln Thomaz da Silveira Presidente da Comissão de Licitação da EMUSA.

EXTRATO

INSTRUMENTO: Contrato nº 15/13; **PARTES:** EMUSA e CONSTRUTORA PORTO REAL LTDA – EPP; **OBJETO:** Construção de guarda corpo no Túnel Raul Veiga, no Município de Niterói/RJ; **VALOR TOTAL ESTIMADO:** R\$ 308.334,34 (trezentos e oito mil, trezentos e trinta e quatro reais e trinta e quatro centavos); **FUNDAMENTAÇÃO:** Contrato oriundo da Tomada de Preços nº 13/13; **DATA:** 13/08/2013.
Proc. EMUSA nº 510/2239/2013. Guilherme Pessanha Ribeiro – p/Presidente da EMUSA – Niterói, 07 de outubro de 2013.